



Incentivo para investimentos em saneamento vai à sanção

Senado aprovou projeto que concede créditos tributários a empresas do setor que ajudem a universalizar o atendimento no país até 2026

Jefferson Rudy/Agência Senado



Projecto que incentiva, com créditos tributários, as prestadoras de serviços de saneamento básico que aumentarem os investimentos no setor foi aprovado ontem pelo Plenário e segue para sanção presidencial. O texto é um substitutivo da Câmara dos Deputados a proposta do senador José Serra. O projeto faz parte do Pacto Federativo e cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico. O prazo para a concessão dos incentivos vai até 2026. Terão prioridade investimentos voltados à sustentabilidade, à inovação tecnológica e à eficiência, entre outros. **3**

Renan (C) preside sessão de Plenário que votou ontem à tarde projeto aprovado antes na Comissão Especial do Pacto Federativo

Alteração na lei contra abuso de autoridade vai a comissão

Ana Volpe/Senado Federal



A mudança na lei de abuso de autoridade, instituída em 1965 durante a ditadura militar, começa a ser analisada pela Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulação da Constituição, reinstalada ontem. Presidida por Romero Jucá, a comissão, que se reúne na terça-feira, tem por objetivo regulamentar mais de 120 artigos da Constituição.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, autor do projeto, pediu às comissões permanentes agilidade nas votações prioritárias, como essa contra o abuso de autoridade. **4**

Romero Jucá, presidente da comissão reinstalada e que inicia seus trabalhos analisando projeto de Renan sobre lei contra abuso de autoridade

Impeachment é uma farsa política e jurídica, diz Dilma

A presidente afastada Dilma Rousseff apresentou ontem à Comissão Especial do Impeachment sua defesa por escrito, lida pelo seu advogado, José Eduardo Cardoso. No texto, ela diz que é vítima de uma farsa jurídica e política. Também refutou as acusações contra ela e afirmou que não praticou crime de responsabilidade. Para Dilma, o impeachment é motivado por forças políticas que querem barrar a Lava Jato. O relatório do processo será lido na comissão em 2 de agosto e deve ser votado em Plenário em 9 de agosto. **5**

PEC aumenta prerrogativas de municípios **3**

Comissão da Agenda Brasil retoma trabalhos **2**

Senado aprova norma antidoping para Olimpíadas **3**

Especialistas: dados do desemprego são subestimados **5**

Medidas contra zika receberão mais verbas **3**

Interino do Planejamento defende reajuste de servidores

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Dyogo Oliveira participou de audiência pública conjunta

O ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, defendeu o reajuste de carreiras dos três Poderes previsto em 14 projetos encaminhados ao Congresso. Em audiência ontem, o ministro disse que o impacto médio anualizado na folha de pagamento é inferior à inflação estimada para os anos de 2016 a 2018. **4**

Para Mendonça Filho, limite de gastos não afetará educação



Ministro disse ter encontrado um cenário de problemas

Em audiência pública, o ministro da Educação disse confiar que os recursos para o setor sejam mantidos e até ampliados, mesmo com a intenção do governo de fixar um teto para o crescimento das despesas da União. Prova disso, afirmou, é o fato de que o governo preservou os efeitos da proposta os recursos do Fundeb. **7**

Senadores questionam ministro sobre recursos para a saúde



Segundo Barros, proposta não terá impacto negativo no setor

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, falou à Comissão de Assuntos Sociais sobre as prioridades da pasta e negou intenção de “encolher” o SUS. Senadores mostraram preocupação com proposta do governo interino que limita os gastos da União. Para eles, a medida pode reduzir os recursos para a saúde pública. **8**

Comissão que analisa a Agenda Brasil é recriada

De acordo com presidente do colegiado, Otto Alencar, dois projetos são considerados prioridade: o que trata da gestão e do controle de agências reguladoras e o que moderniza a Lei de Licitações

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional (CEDN) vai retomar os trabalhos a partir de terça-feira. A maioria dos integrantes passou a fazer parte da Comissão Especial do Impeachment, o que terminou inviabilizando o trabalho da CEDN. Assim, o presidente do Senado, Renan Calheiros, em acordo com os partidos, indicou novos membros para o colegiado, que foi reinstalado ontem.

A comissão é responsável pela análise dos projetos da Agenda Brasil — conjunto de propostas apresentado pelo presidente do Senado com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

O presidente do colegiado continua sendo Otto Alencar (PSD-BA). O senador explicou que não haverá mais a figura do relator-geral, cargo que era ocupado pelo senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT). Agora, haverá um relator específico para cada projeto.



Otto (D) disse que fará um levantamento dos projetos pendentes de votação

Otto convocou uma reunião para terça-feira, às 14h. O senador afirmou que fará um levantamento dos textos pendentes de votação na comissão e indicará novos relatores, se for o caso.

De acordo com o presidente do colegiado, haverá duas prioridades neste primeiro momento da retomada dos trabalhos. A primeira é o projeto que diz respeito à gestão e ao controle social das agências reguladoras (PLS 52/2013), que terá a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) como relatora. A expectativa de Otto é que o projeto seja

votado em Plenário já na quarta-feira, caso aprovado na comissão.

A outra prioridade é a modernização da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), que terá como relator Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O senador vai reunir os projetos que alteram a lei e apresentar um relatório consolidado.

— São matérias muito importantes para o momento que o Brasil atravessa. Esperamos trabalhar e produzir bastante, da mesma forma como foi no ano passado — declarou Otto.

Colegiados do Senado aprovam emendas à LDO 2017

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Senado do Futuro aprovaram ontem as emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 (PLN 2/2016).

Na Comissão Senado do Futuro, o relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) contempla seis emendas de texto, que tratam, entre outros assuntos, da reforma e construção de Apaes

e de incentivo à economia solidária. Já as três emendas de inclusão de meta se referem a direitos de crianças e adolescentes, com apoio à construção e ampliação de unidades de atendimento especializado, ao desenvolvimento da educação básica e à organização da estrutura fundiária no país.

Na CCJ, os senadores decidiram apoiar ações de fortaleci-

mento do Ministério Público, de assistência a mulheres vítimas de violência, de demarcação de terras indígenas e de proteção de povos isolados. O relator foi o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Terminou ontem o prazo para as comissões definirem emendas. Agora elas serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Viana condena juros altos e pede estímulo a cooperativas de crédito

Jorge Viana (PT-AC) defendeu estímulos às cooperativas de crédito como forma de livrar os consumidores das altas taxas de juros cobradas pelos bancos no país. Ele citou exemplos de países como a França, onde cooperativas operam 60% do crédito.

O senador disse que a economia brasileira é dirigida por pessoas ligadas ao sistema financeiro e, por isso, quem mais lucra no país, mesmo em tempos de crise, são os bancos.

— Temos que criar aqui uma frente para fazermos a defesa do contribuinte — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Cidinho se diz otimista com perspectivas do agronegócio no Brasil

Cidinho Santos (PR-MT) manifestou otimismo com o desenvolvimento do agronegócio no país. Ele disse confiar na expectativa do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, de que o Brasil possa, em cinco anos, atingir 10% do comércio agrícola mundial. Para Cidinho, a meta é ousada, mas o potencial hídrico e a área de terra disponível colocam o país em posição favorável.

O senador ressaltou que o futuro das exportações do setor é a Ásia, que se destaca como compradora de produtos agropecuários brasileiros.



Pedro França/Agência Senado

Bauer comemora lei que obriga alerta sobre presença de lactose

Paulo Bauer (PSDB-SC) comemorou a entrada em vigor da lei que obriga a indústria alimentícia a alertar os consumidores sobre a presença de lactose, açúcar presente no leite e derivados. O consumidor com intolerância a lactose terá a informação necessária para escolher ou não o produto, o que lhe assegura mais qualidade de vida, disse o senador.

Bauer destacou que a chamada Lei da Lactose se originou de um projeto apresentado por ele, sugerido pelo catarinense Pedro Michels.



Pedro França/Agência Senado

Avança medida que definiu repasses da Lei Kandir até junho

A MP 720/2016, que definiu repasses aos estados exportadores em razão da Lei Kandir, foi aprovada ontem pela comissão mista encarregada de examiná-la. A MP destinou R\$ 1,9 bilhão a estados e municípios. Os recursos foram liberados nos meses de abril, maio e junho.

O relatório favorável é do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). A presidente da

comissão, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), observou que a Lei Kandir, que isenta itens de exportação da cobrança do ICMS, precisa de revisão.

— A lei precisa ser repensada para não atrapalhar a industrialização dos estados emergentes. Em Goiás, estamos exportando toda a soja e a indústria [nacional] se ressentiu disso. É preciso equilíbrio nessa situação.

Grupos que vão analisar 3 MPs elegem presidente e relator

Foram eleitos ontem presidentes e relatores de três comissões que analisarão medidas provisórias (MPs) editadas por Michel Temer.

Para presidir a da MP 731/2016, foi escolhido o senador Humberto Costa (PT-PE), e para a relatoria, o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). A medida extingue cargos de direção e assessoramento superiores.

O presidente da comissão da MP 732/2016, que limita a 10,54% o reajuste da taxa de ocupação de imóveis da União, é o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES). O relator é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Já o presidente da comissão da MP 733/2016 é Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). A MP autoriza renegociar dívidas de crédito rural.

Segundo Ângela, déficit maior é para garantir impeachment

Ângela Portela (PT-RR) disse que o governo de Michel Temer está promovendo uma “gastança” nas despesas públicas para garantir a aprovação do impeachment.

Ela destacou que Temer prevê déficit maior em 2016 (R\$ 170 bilhões) que o calculado por Dilma (R\$ 96 bilhões).

— O déficit maior permite um acerto de contas com todos os apoiadores do golpe.



Pedro França/Agência Senado

Crise na Venezuela leva Mercosul a um impasse, diz Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) alertou para o impasse vivido pelo Mercosul, diante de denúncias de violação de direitos humanos na Venezuela. Ele citou protestos do Paraguai pela possibilidade de a Venezuela assumir a presidência temporária do bloco.

— Enquanto no Brasil há políticos presos, na Venezuela há presos políticos, encarcerados por suas convicções ideológicas ou partidárias.



Jefferson Rudy/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 16h45 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CRA Doença contagiosa**
8h A comissão faz audiência para debater o mormo, que atinge equídeos brasileiros.
- CAE Imposto sobre querosene**
10h Audiência pública discute a fixação de alíquota máxima do ICMS sobre operações com querosene de aviação.
- CRE Noruega e Nova Zelândia**
10h A comissão sabatina embaixadores indicados para Noruega e a Nova Zelândia.

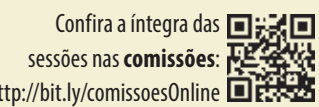
- CÓDIGO DA AERONÁUTICA Instalação**
10h10 Instalação e apresentação do plano de trabalho da comissão especial destinada a examinar o PLS 258/2016, que atualiza o Código Brasileiro de Aeronáutica, que é de 1986.
- PLENÁRIO Sessão de discursos**
14h A sessão será não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Senado aprova projeto que incentiva investimentos em saneamento básico

Proposta, que vai à sanção, cria regime especial com créditos tributários para estimular companhias a destinar mais recursos ao setor



O SENADO APROVOU ontem projeto que incentiva as companhias prestadoras de serviços de saneamento básico a aumentarem os investimentos no setor. O texto é um substitutivo da Câmara dos Deputados a proposta (PLS 95/2015) do senador José Serra (PSDB-SP) e segue agora para sanção presidencial.

O projeto aprovado (SCD 4/2016), que faz parte do Pacto Federativo, cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb). Conforme o texto, a empresa que aumentar os investimentos em determinados projetos ganhará créditos tributários das contribuições de PIS-Pasep e Cofins. Segundo Serra, esse montante é de cerca de R\$ 3 bilhões por ano. Para as empresas que quiserem aderir ao regime, será exigida regularidade fiscal quanto aos impostos federais.

Serra afirma que o saneamento é um dos segmentos mais atrasados da infraestrutura no Brasil. Ele aponta que o país tem um grave quadro de carência na área, com investimentos insuficientes para alcançar a meta de universalização estabelecida para 2033. O senador ainda destaca que estudo da Organização



Relator favorável à proposta, Waldemir Moka (D) conversa com Atáides Oliveira e Kátia Abreu durante a sessão de ontem

Mundial da Saúde (OMS) registra que, para cada R\$ 1 investido em saneamento, o governo economiza R\$ 4 em atendimento de saúde.

Entre as mudanças aprovadas na Câmara, está a definição de um prazo para a concessão dos incentivos, que será o ano de 2026. O substitutivo também prioriza os investimentos voltados para a sustentabilidade, a inovação tecnológica, a preservação de áreas de mananciais e a eficiência dos sistemas de saneamento básico, de acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico.

O texto recebeu voto favorável do relator, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), na Comissão Especial do Pacto Federativo. Em Plenário, ele

defendeu a importância da proposta.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros senadores também destacaram o valor do projeto e comemoraram a aprovação, como Roberto Muniz (PP-BA), Simone Tebet (PMDB-MS), Aécio Neves (PSDB-MG) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Renan lembrou que a proposta era uma das prioridades da Casa até o início do recesso. Ele disse que o texto busca aumentar a abrangência e melhorar a qualidade do saneamento básico em todo o país.

Para Muniz, a proposta vai ajudar a acabar com o “apartheid social” que o país vive devido à precariedade do saneamento em vários pontos.

Aécio disse que as empresas terão mais capacidade de investimento. Já Simone Tebet afirmou que a proposta “resolve uma crise social”.

Comissão especial

Antes da votação em Plenário, a proposta havia sido aprovada pela manhã na Comissão Especial do Pacto Federativo, instalada ontem. O colegiado foi criado para agilizar a tramitação de projetos que aprimorem o ordenamento jurídico relativo ao pacto. A comissão é presidida por Fernando Bezerra Coelho e tem como relator-geral Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Em Discussão! sobre saneamento: <http://bit.ly/emdiscussao27>

Plenário autoriza liberação de recursos para combater zika

O Senado aprovou ontem a medida provisória que liberou R\$ 420 milhões do Orçamento para ações de combate à microcefalia e ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, da zika e da febre chikungunha. Como o texto (MP 716/2016) foi aprovado sem mudanças pelo Congresso, não terá que passar pela sanção do presidente.

A maior parte do dinheiro (R\$ 300 milhões) foi direcionada para a compra de repelentes para grávidas atendidas pelo Bolsa Família. A distribuição do produto pelo Ministério do Desenvolvimento Social foi definida pelo governo em janeiro e é uma das frentes do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes aegypti* e à Microcefalia.

O vírus da zika é associado ao surto de microcefalia entre recém-nascidos que atingiu o país neste ano, principalmente no Nordeste. Entre outubro de

2015 e 22 de junho deste ano, foram confirmados 1.616 casos de bebês com microcefalia ou lesões no sistema nervoso, segundo o Ministério da Saúde.

Defesa

A MP também destinou R\$ 70 milhões para o Ministério da Defesa. Os recursos são para apoiar a operação das Forças Armadas no combate ao mosquito.

Já a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações foi contemplada com R\$ 50 milhões, verba a ser empregada em pesquisas para tratamento e diagnóstico da infecção causada pelo Zika vírus.

A MP perderia a vigência na segunda-feira. Depois de um apelo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi colocada em votação ontem. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi o relator da medida no Senado.

(Com Agência Câmara)

Vai à Câmara PEC que fortalece papel de municípios na Federação

As entidades nacionais que representam os municípios poderão ter legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). A possibilidade é prevista em proposta de emenda à Constituição aprovada ontem em segundo turno de votação pelo Plenário. O texto segue para a Câmara.

A PEC 73/2015 atende a uma reivindicação dos prefeitos e altera o artigo 103 da Constituição, por iniciativa de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), com apoio de outros 26 senadores. A medida foi incluída pela Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo na lista de prioridades do Senado.

Valadares disse que a Constituição de 1988 tornou os municípios entes federados autônomos, mas “não os amparou com todas as prerrogativas necessárias”.

Originalmente, a Constituição previa que as ADIs e ADCs poderiam ser apresentadas apenas por presidente da República, Mesas do Senado e da Câmara, procurador-geral da República, Conselho Federal da OAB, partido político com representação no Congresso, confederação sindical ou entidade de classe com representação nacional. Em 2004, a Emenda Constitucional 45 estendeu a prerrogativa aos governadores e às Mesas das assembleias legislativas.

Para o relator em Plenário, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a proposta ajuda a consolidar o regime federativo.

— Muitas iniciativas de cima para baixo afetam os municípios. Portanto, é legítimo que possam propor essas ações [ADI e ADC] — disse.

Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Antonio Anastasia (PSDB-MG) também aprovou a iniciativa.

Seguem para sanção normas antidoping para Olimpíadas

Foi aprovada ontem no Senado a medida provisória que adapta a legislação brasileira às normas internacionais sobre controle antidoping. O texto viabiliza a atuação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) nos Jogos Olímpicos de 2016, em agosto, no Rio. A MP 718/2016 vai para a sanção presidencial.

A medida transforma em lei as atribuições da ABCD definidas em decreto. A entidade vai conduzir testes de controle de doping, certificar e identificar profissionais, órgãos e entidades para atuar no controle de doping e informar à Justiça Desportiva Antidopagem, criada pela MP, violações às regras.

A Lei Pelé (Lei 9.615/1998) já prevê, como sanções, advertência, eliminação e multa para quem for pego no exame antidoping. A MP acrescenta o cancelamento de títulos, premiações, pontuações e recordes e a devolução de prêmios obtidos pelo infrator.

Barcos dormitórios

Uma emenda da Câmara incluiu a aplicação dos testes antidoping para os períodos entre as competições para apertar a fiscalização em momentos de preparação do atleta.

Para a contratação do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem, a administração pública não precisará fazer licitação.

A MP também permite que embarcações destinadas a hospedagem no período dos Jogos Olímpicos sejam isentas de tributos. O meio para isso é considerá-las, para fins tributários e aduaneiros, como navios estrangeiros em viagem de cruzeiro pela costa brasileira.

O benefício será assegurado também a embarcações que se destinem à hospedagem de pessoas ligadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e outras entidades.

Pesquisa e inovação

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou esse trecho do texto. Para ele, grande parte dos senadores não sabia dessas isenções.

— Já tivemos a péssima experiência dessas vantagens na Copa. As vantagens oferecidas à Fifa foram convertidas em esquemas de corrupção.

Além de medidas relacionadas aos Jogos Olímpicos, a MP facilita aquisições e contratações vinculadas à pesquisa, ao desenvolvimento ou à inovação no país.

(Com Agência Câmara)

Começa análise sobre abusos de autoridades

A proposta altera lei de 1965 e foi enviada à Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, reinstalada ontem e presidida por Jucá

O PROJETO QUE atualiza a lei de abuso de autoridade, instituída em 1965 durante a ditadura militar, foi enviado à Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, reinstalada ontem. O colegiado, presidido por Romero Jucá (PMDB-RR), tem como objetivo regulamentar mais de 120 artigos da Constituição e sistematizar leis federais. Jucá convocou reunião para terça-feira, às 14h30.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, autor do PLS 280/2016, pediu às comissões permanentes agilidade nas votações de projetos prioritários, que incluem a nova lei contra

o abuso de autoridade.

— A alteração proposta não é contra ninguém. Não é contra o Legislativo, contra o presidente do Congresso e nem da Câmara, nem contra o presidente do Supremo Tribunal Federal, nem contra o Ministério Público. O Legislativo funciona mesmo nos momentos que a sociedade requer. Este é o momento de regulamentarmos o abuso de autoridade — ressaltou Renan.

Na avaliação dele, o abuso de autoridade é danoso para a toda a sociedade.

— É prejudicial desde a maior autoridade do país até o guarda da esquina — enfatizou.

Os integrantes da comissão e “diversas instituições”, segundo Jucá, serão ouvidos sobre o tema, para a elaboração de substitutivo. Ele destacou que o projeto não busca criar dificuldades para qualquer tipo de fiscalização, mas que objetiva “reforçar a cidadania”.

Participação

Jucá informou que entrou em contato com o Ministério Público Federal e com o Ministério da Justiça para que enviem contribuições para o projeto.

— O objetivo [do projeto] é ampliar as condições de investigação e ao mesmo tempo acompanhar os proce-

dimentos de diversos agentes públicos em sua relação com a sociedade — afirmou.

O presidente do Senado pediu ontem apoio para a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 96/2015, que reajusta as alíquotas dos impostos incidentes sobre doações e heranças.

Ele solicitou aos senadores que se esforcem para concluir as votações prioritárias e que se empenhará para isso.

— Essas propostas são prioridades para o Brasil. Não são em favor e nem contra ninguém. Vim aqui fazer apelo aos senadores para que se construa essa pauta para votarmos até o dia 13. É uma

pauta de mudança efetiva e não custa nada para os cofres públicos. Apenas aperfeiçoa o Brasil — disse Renan.

Jogos

O presidente do Senado também falou sobre o projeto (PLS 186/2014) que legaliza o funcionamento de cassinos, bingos, jogo do bicho e videojogos. O Plenário vai analisar substitutivo do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT).

— O projeto não tem minha enfática defesa com relação ao mérito, mas tenho obrigação de colocá-lo na pauta porque houve recurso de um senador sobre decisão terminativa em comissão — explicou Renan.

Ministro defende aumentos para servidores civis e militares

O reajuste de várias carreiras dos três Poderes — previsto em 14 projetos encaminhados ao Congresso, dos quais 2 já enviados para sanção presidencial — foi defendido ontem pelo ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira. Ele participou de audiência pública conjunta da Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. No mesmo dia, a CCJ aprovou oito projetos de recomposição salarial para servidores federais civis e militares (*veja ao lado*).

Em defesa dos projetos, o ministro sustentou que o impacto médio anualizado na folha de pagamento é inferior à inflação estimada para os anos de 2016 a 2018. Entretanto, a elevação do teto de remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 33.363 para R\$ 39.293, previsto no PLC 27/2016, enfrentou reação por parte de alguns senadores e a votação na CCJ acabou adiada.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse que vai apresentar voto em separado pela rejeição do novo teto, por considerá-lo “absolutamente inconveniente”, diante da crise fiscal do país. Críticas à inoportunidade da medida foram feitas também por Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Representando o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Jeferson Dantas Passos observou que o aumento do teto do STF produz efeito cascata nos estados. Secretário da Fazenda de Sergipe, Passos lembrou que os integrantes do Judiciário e do Ministério Público nos estados têm salários vinculados ao teto do STF.

Armando Monteiro (PTB-PE) acusou o governo de fazer “gestão política” do deficit público e de abrir mão de controlar o gasto, a única variável que poderia manter sob controle. Em resposta, Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que os reajustes estão no centro da meta de inflação, de 4,5%, e que, se todas as demais despesas estivessem na mesma condição, a situação das contas públicas seria resolvida com facilidade.

Diferenças

Pouco antes, o ministro do Planejamento havia dito que, entre 2011 e 2015, o reajuste aos servidores dos três Poderes ficou 18% em média, portanto bem abaixo da inflação de 40,6%, medida pelo IPCA no período. Ele comparou com o reajuste de 49,2% dos trabalhadores da iniciativa privada no mesmo período, medido pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Armando disse que o reajuste de 49,2% foi concedido com desemprego, que hoje atinge 12 milhões de trabalhadores. O senador sugeriu ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que resista a todas as investidas para afrouxar o controle dos gastos públicos.

— Precisamos fazer opções políticas corajosas, e não discursos de ocasião — acrescentou Armando.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que “essa pauta [reajuste para servidores] não deveria estar na Mesa”, porque, segundo ele, “os brasileiros não foram às ruas pedir o impeachment [da presidente Dilma] em defesa desses aumentos”. O senador disse que o deficit de R\$ 170 bilhões não foi alterado para acomodar reajustes salariais.



Renan Calheiros ouve o ministro interino Dyogo Oliveira, em reunião coordenada por José Pimentel e Gleisi Hoffmann

Aprovados reajustes, com ressalvas à criação de cargos

Oito projetos que promovem reajustes salariais para servidores públicos civis e militares federais foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A comissão fez ressalvas a dispositivos dos textos que criam novos cargos, criticados por vários senadores. Além disso, os integrantes da CCJ adiaram a apreciação do aumento para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que implica elevação do teto salarial para o serviço público.

Os reajustes aprovados beneficiam servidores da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Polícia Federal, do Banco Central, dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e de ex-territórios federais, além de outras 40 carreiras, como agentes penitenciários, médicos e técnicos de hospitais públicos. Também foi reajustado o soldo dos militares. Os projetos serão analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de irem para o Plenário.

Um dos textos aprovados (PLC 36/2016), que é desti-

nado às carreiras jurídicas (advogados da União e procuradores federais, da Fazenda Nacional e do Banco Central), traz outro benefício além do reajuste. Os servidores foram contemplados com a regulamentação dos honorários advocatícios — que são um adicional pelas causas ganhas pelo profissional. Eles serão pagos na forma de frações de cotas de R\$ 3 mil, às quais cada servidor fará jus na medida do tempo de serviço. Apenas advogados e procuradores com mais de quatro anos de exercício do cargo terão direito a cotas integrais.

Destaques

Um dos projetos (PLC 34/2016) continha dispositivos que criavam 14.419 novos cargos na administração pública federal. Esses pontos foram destacados do texto para serem apreciados separadamente nas próximas etapas da tramitação. A criação de cargos foi criticada pelos integrantes da CCJ, inclusive pelo líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Outros dois projetos também receberam destaques pelo mesmo motivo.

Também foi destacado no

PLC 34/2016 a transposição de carreiras — a mudança de servidores de carreiras de nível médio para carreiras de nível superior sem a realização de concurso. Alvo de críticas, essa proposta foi igualmente separada do texto principal.

Teto

Foi adiada para a próxima semana a apreciação de três projetos que também promovem reajustes, devido ao “efeito cascata” que podem gerar. O principal deles (PLC 27/2016) eleva o teto do funcionalismo público federal ao reajustar os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que receberão R\$ 39.293 a partir de 2017. Os demais membros do Judiciário têm as remunerações vinculadas ao valor dos salários do STF, portanto o reajuste dos ministros implica aumento para juízes e desembargadores.

O procurador-geral da República e o defensor público-geral da União também estão na fila para aumentos com projetos que promovem reajustes proporcionais dentro das carreiras do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União.

Em carta, Dilma se diz vítima de farsa política

Em depoimento lido pelo advogado de defesa, presidente afastada afirma que provas mostram que ela não cometeu crime de responsabilidade

O ADOGADO QUE defende Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, leu ontem, na Comissão Especial do Impeachment, o depoimento escrito pela presidente afastada, no qual ela se diz vítima de uma farsa jurídica e política.

“O destino sempre me reservou grandes desafios, alguns pareciam intransponíveis, mas consegui vencê-los. Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói é saber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política”, escreveu Dilma.

A presidente afastada contestou argumentos da denúncia e disse não haver sustentação para o impeachment:

“Pelas provas documentais juntadas aos autos, pelas testemunhas e pela perícia, resta provado, de forma indiscutível: não houve qualquer ato jurí-



Eduardo Cardozo leu o depoimento de Dilma por cerca de 50 minutos, ao lado de Antonio Anastasia e Raimundo Lira

dico por mim praticado que pudesse ser tipificado como um crime de responsabilidade”.

A edição dos decretos de crédito complementar em 2015, disse, contidos na denúncia contra ela, foi recomendada por todos os órgãos com obrigação de examinar tais atos.

Dilma também classificou como descabida a tentativa de tratar as subvenções do

Plano Safra como operações de crédito e de responsabilizá-la pelos atrasos nos repasses previstos:

“Desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, nunca se havia sequer cogitado do entendimento de que eventuais atrasos de pagamento em prestações de serviços feitas por bancos públicos, em favor do governo federal, deveriam

ser entendidos juridicamente como ‘operações de crédito’”.

Para Dilma, as acusações contra ela, referentes aos decretos e aos repasses ao Plano Safra, representam procedimentos rotineiros, também adotados pelos presidentes que a antecederam.

“Nunca, em nenhum país democrático, o mandato legítimo de um presidente foi interrompido por causa de atos de rotina da gestão orçamentária. O Brasil ameaça ser o primeiro país a fazer isto”, protestou.

Ela disse estar convicta de que seu afastamento é motivado por forças políticas que querem parar as investigações da Lava Jato e pelo inconformismo da oposição com o resultado das eleições presidenciais.

Dilma afastou a possibilidade de renúncia e manifestou confiança na isenção da decisão que será tomada pelo Senado.

“O Brasil não merece viver uma nova ruptura democrática. Devemos mostrar ao mundo e a nós mesmos que conseguimos construir instituições sólidas, capazes de resistir a intempéries econômicas e políticas”, afirmou.

Íntegra da carta de Dilma: <http://bit.ly/DepoimentoDilma>

Fátima faz leitura de depoimento da presidente afastada

Fátima Bezerra (PT-RN) leu em Plenário a carta da presidente afastada, Dilma Rousseff, apresentada ontem à Comissão do Impeachment. Na carta, a presidente diz que não cometeu crime de responsabilidade e nunca agiu em benefício próprio na Presidência, mostrando o que a senadora chama de “convicção dos inocentes”.

Fátima também manifestou indignação pelo fato de o ministro da Educação, Mendonça Filho, estar há dois meses no cargo e ainda não ter convidado a coordenação do Fórum Nacional da Educação para debater as metas do Plano Nacional da Educação e outras questões da área.

José Medeiros critica o não comparecimento da denunciada

José Medeiros (PSD-MT) rebateu ontem críticas da bancada de apoio a Dilma. Ele a criticou por não ter comparecido à Comissão do Impeachment para se defender.

— A presidente que tanto reclama que não teve direito à defesa, quando tem, manda uma carta — disse.

O senador afirmou que procura agir na comissão com “toda fidalguia e respeito” à investigada e aos seus defensores. Mas reclamou que as críticas dos que apoiam Dilma têm passado dos limites. O senador relatou que tem sido acusado de golpista e de fascista.

— Eu devolvo o termo de farsante. O que aconteceu foi uma farsa no Orçamento.

Relatório será apresentado em 2 de agosto, confirma Lira

O presidente da Comissão do Impeachment, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), deu por encerrada a etapa de produção de provas. O colegiado volta a se reunir em 2 de agosto para ouvir a leitura do relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG). Se a comissão aprovar o relatório até o fim da primeira semana de agosto, o Plenário poderá examinar o texto no dia 9 de agosto, informou, em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os trabalhos da comissão foram abertos ontem com desentendimentos entre os senadores, depois que Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que novamente o direito de ampla defesa está sendo garantido à presidente.

— Não há previsão processual legal de o advogado ler uma carta do réu no momento do testemunho. Não existe precedente. Ela não comparece por razão simples: não poderia responder a uma série de perguntas. Não veio porque não teve condições de vir, portanto, é sim um gesto de benevolência para com a defesa.

Lindbergh Farias (PT-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) protestaram. Lindbergh afirmou que o julgamento do impeachment é um “jogo de cartas marcadas”, com prevalência de questões políticas.

— Eu fui um dos que aconselharam a ela não vir. Essa é uma posição pública que tenho que expressar. As pessoas têm que saber por que ela não

veio. Aqui não estão sendo discutidos critérios jurídicos, só políticos. Para nós, é jogo de carta marcada. Para que trazê-la aqui? Qual voto ela ganharia? — indagou.

Cardozo lembrou que Dilma está usando uma faculdade legal que não está prevista no Código de Processo Penal, mas na Lei 1.079/1950.

— A presidente pode comparecer pessoalmente ou por seu advogado aos atos do processo. Cabe, portanto, a ela definir o que julga adequado em cada momento.

Segundo Cardozo, não se trata da leitura de uma carta, mas de um “depoimento por escrito com considerações pertinentes de natureza jurídica e política”.

Novo critério pode elevar taxa de desemprego, aponta debate

O desemprego no país atingiu, em média, 11,2% de março a maio e o número de desempregados chegou a 11,4 milhões, segundo dados do IBGE. Mas a quantidade de desocupados pode ser muito maior, disse o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Ele presidiu audiência da Comissão de Meio Ambiente (CMA) ontem para debater os critérios de cálculo da taxa de desemprego no Brasil.

Os debatedores explicaram as diferenças de metodologia que fazem variar os números de desocupados, mas que evidenciam tendência semelhante: cresce o número de pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho.

O IBGE considera desempregado

quem não tem trabalho e procurou algum nos 30 dias anteriores à pesquisa. O instituto divulgará, em novembro, nova metodologia. Se ela fosse aplicada hoje, os técnicos estimam que aumentaria o número de desempregados.

Hoje o IBGE mede o desemprego pela taxa de desocupação. A nova metodologia — recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) — incluirá outros indicadores, como pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (com jornada de trabalho inferior a 40 horas e que desejam trabalhar mais) e força de trabalho potencial (pessoas que procuram e não estão disponíveis e pessoas que não procuram e são disponíveis,

mas não estão empregadas).

— Hoje temos apenas uma média de subutilização que está sendo divulgada que é a taxa de desocupação — disse o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

Segundo Ataídes, o IBGE não inclui nas estatísticas de desempregados os que estão sem trabalho, mas recebem seguro-desemprego. Se a metodologia for alterada, disse, o número de desempregados pode chegar a 25 milhões.

— Pior do que ter números ruins, é não poder acreditar neles — afirmou.

Apesar de não considerar ainda alguns desses outros indicadores nas pesquisas, os dados de trabalho da Pnad Contínua, pesquisa usada pelo IBGE,

são produzidos e estão alinhados aos padrões internacionais de estatística. Foi o que afirmou o assessor do IBGE Claudio Crespo. Mesma opinião manifestaram Anne Caroline Posthumá, especialista de Emprego no escritório da OIT no Brasil, e Mário Magalhães, do Ministério do Trabalho:

— Esses avanços que a OIT tem feito para incluir essas outras formas de inserção no mercado de trabalho têm relação com a própria evolução do emprego no mercado. Em função da crise, países desenvolvidos acabaram apresentando essas outras formas que antes eram peculiares a países em desenvolvimento como o Brasil — disse Magalhães.

Senado comemora 1º ano da Lei de Inclusão

Em seminário sobre norma que ampliou direitos de deficientes, senadores afirmaram que sociedade precisa ver as capacidades dessas pessoas, e não apenas a deficiência

O SEMINÁRIO QUE marcou ontem o primeiro ano da sanção da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) reuniu representantes de entidades de pessoas com deficiência de todo o país, deputados federais e senadores. Eles apontaram a importância da nova norma na inclusão de pessoas que costumam ser marginalizadas.

— A pior e mais destrutiva das deficiências é a exclusão — afirmou o senador Romário (PSB-RJ), que foi relator do projeto que deu origem à Lei Brasileira de Inclusão. — A ideia de inclusão implica criar as condições para que cada um assuma um papel ativo dentro da sociedade.

De acordo com Romário, ter uma deficiência não é sinônimo de ser incapaz. Ele lembrou que um quarto da população brasileira tem algum tipo de deficiência.



Autor do projeto de lei, Paim (C) participa de seminário sobre primeiro ano da legislação que beneficiou deficientes

— Não é raro que o preconceito e a discriminação sejam o maior impedimento à autonomia das pessoas com deficiência — acrescentou.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que é o autor do projeto da Lei Brasileira de Inclusão,

disse que a sociedade precisa mudar sua visão:

— A pessoa com deficiência não é apenas uma pessoa com deficiência. É um estudante, um trabalhador, um motorista, um pai, uma mãe, um consumidor, um contribuinte, um

eleitor, um atleta, uma pessoa em todos os papéis. É assim que ela deve ser compreendida e tratada.

O ex-senador Flávio Arns, que foi relator do projeto entre 2003 e 2006, ressaltou que a Lei Brasileira de Inclusão inclui a

diversidade de deficiências que acometem as pessoas, mas reconheceu que nem todas ainda usufruem dos seus direitos:

— Colocar toda a população na mesma situação não é justo, porque a população é variada. A lei foi um avanço extraordinário, mais ainda precisamos trabalhar para concretizar os direitos.

Para que as pessoas sejam beneficiadas de fato, o advogado-geral da União, Fábio Medina Osório, propôs que a sociedade cobre mais do poder público:

— É necessário que o cidadão cobre os seus direitos. São necessárias a conscientização sobre esses direitos e a efetivação deles.

Os debates do seminário serão compilados em um livro. O evento foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) a pedido de Paim.

Especialistas apontam vantagens da licença-paternidade ampliada

De acordo com especialistas, a recente ampliação da licença-paternidade de 5 para 20 dias tem custos baixos para o governo federal quando se levam em conta os benefícios obtidos pela família do tempo extra que o pai passa com o recém-nascido. Os 15 dias a mais que o homem fica fora do trabalho e recebe o salário, segundo um estudo da Universidade de São Paulo (USP), custam em torno de R\$ 99 milhões por ano.

— É um custo muito baixo perto do benefício total alcançado, principalmente os ganhos importantes dentro da instituição familiar — afirmou a pesquisadora da Faculdade de Economia da USP Paula Pereda, autora do estudo.

Paula falou ontem no 4º Seminário Internacional sobre o Marco Legal da Primeira Infância, que é organizado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e termina hoje.

Por meio do Programa Empresa Cidadã, durante os 15 dias adicionais de licença, a empresa que se compromete a pagar integralmente o salário do funcionário que acaba de se tornar pai tem direito a deduzir esse valor de impostos federais. A mudança foi feita em março deste ano, com a sanção do Marco Legal da Primeira

Infância (Lei 13.257/2016). A extensão da licença-paternidade na iniciativa privada, porém, não é obrigatória.

Entre os muitos benefícios da licença-paternidade ampliada, a pesquisadora da USP citou o aumento da permanência do pai com o bebê, o apoio dado por ele à mãe, que fica mais livre para outras atividades, e uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre homem e mulher.

Pré-natal do homem

A assistente de Projetos da ONG Promundo, Milena do Carmo, disse que a licença-paternidade estendida tem reflexos positivos em toda a sociedade:

— A gente não está falando em benefícios apenas para os homens da empresa. Isso beneficia as mulheres, as crianças e a sociedade toda.

Segundo ela, pais que tiveram maior participação no cuidado com o filho apresentaram menos problemas de saúde, aumento de autoestima, maior produtividade no trabalho e reduzido número de faltas e demissões.

Para a deputada federal Soraia Santos (PMDB-RJ), há uma resistência quanto aos benefícios da licença-paternidade que precisa ser vencida:

— A creche surgiu para fazer a inclusão da mulher no mercado de trabalho. Mas hoje nós, as mulheres, estamos muito preocupadas, em termos de neurociência, com o seu desenvolvimento como estudante, como ser humano, em termos emocionais e familiares.

A deputada federal Tia Eron (PRB-BA) disse o Brasil não pode perder de vista a questão da união entre os pais:

— É muito importante colocar o homem no centro desta discussão, para que ele divida as tarefas com a mulher e que ambos possam acompanhar com intensidade os primeiros dias do bebê.

Como parte da estratégia de aumentar a participação dos homens nos cuidados com os filhos, a psicóloga Michele Leite da Silva, do Ministério da Saúde, citou o Projeto Pré-Natal do Parceiro, que insere os homens nas rotinas dos serviços de saúde.

Além de prevenir doenças, segundo Michele, essa estratégia aumenta a consciência dos homens sobre a paternidade.

— Uma grande conquista recente foi a inclusão de um espaço para o pré-natal do parceiro nas cadernetas das gestantes — disse ela.

(Da Agência Câmara)

Comissão debaterá papel dos biocombustíveis na meta climática do Brasil

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas vai discutir numa audiência pública a contribuição dos biocombustíveis para o cumprimento das metas de redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa. A data do debate ainda será marcada.

Do deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), o requerimento para realização da audiência pública com especialistas foi aprovado anteontem.

Souza lembrou que os biocombustíveis, que já têm uma cadeia produtiva bem consolidada no Brasil, são fundamentais para que o país alcance a meta estabelecida na Conferência Mundial do Clima das Nações Unidas (COP 21), realizada no ano passado.

— É importante que esta comissão do Congresso Nacional, que milita pela sustentabilidade, receba os setores energético e do biocombustível para debater a sua contribuição para mitigação das mudanças climáticas — afirmou.

Entre os convidados para o debate, estão pesquisadores da Embrapa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de empresas do setor de biocombustíveis.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Mendonça Filho afirmou em audiência que, apesar da PEC que limita as despesas primárias da União, recursos para sua pasta serão preservados e investimentos crescerão

Segundo ministro, educação terá mais verbas

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Educação (CE), o ministro da Educação, Mendonça Filho, disse confiar que sejam mantidos e até ampliados os recursos para a área, mesmo com o regime fiscal defendido pelo governo do presidente interino Michel Temer. O ministro comentou os impactos da proposta de emenda à Constituição apresentada pelo governo para limitar por 20 anos as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos apenas pela inflação (PEC 241/2016).

— Qualquer avanço nessa PEC preservará os recursos para a educação. Essa será nossa luta, inclusive para permitir que haja crescimento dos investimentos no decorrer dos anos para a área — comentou.

Para Mendonça, o equilíbrio fiscal é necessário, mas pode ser compatibilizado com mais investimentos na área. Segundo o ministro, o próprio governo já ressaltou dos efeitos da PEC os recursos do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), tornando possível o aumento real dos gastos.

— Apesar do quadro fiscal,



Mendonça Filho apresenta plano de governo para o Ministério da Educação, em reunião presidida por Romário

uma das primeiras providências do governo interino foi restaurar o orçamento do Ministério da Educação. Do corte de R\$ 6,4 bilhões feito no início do ano pelo governo afastado, foram repostos R\$ 4,7 bilhões.

Segundo Mendonça, a ampliação tornou possível garantir 75 mil novas matrículas em universidades privadas neste semestre, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Ao assumir o ministério, em maio, Mendonça disse que um

levantamento indicou que havia um cenário de problemas. No âmbito do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), as dívidas chegavam a R\$ 10,6 bilhões. Para o Programa Mais Educação, que complementa despesas de estados e municípios com a educação de tempo integral, nem sequer havia previsão de recursos para 2016, disse. Tampouco havia dinheiro para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). O ministro apontou ainda um conjunto de

mais de 3,4 mil obras paradas, canceladas ou não iniciadas, de creches a escolas federais de educação profissional.

Mendonça Filho descreveu um quadro de “gestão burocrática e ineficiente”. Como exemplo, citou a desproporção entre os gastos com 35 mil bolsas do Programa Ciência Sem Fronteiras, que consumiu R\$ 3,7 bilhões em 2015, e os gastos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com o mesmo valor para atender 48 milhões de alunos em todo o

país. No caso do Mais Educação, o governo teria pago em 2014 complementações referentes a 8,31 milhões de alunos, mas o Censo Escolar só registrou 4,5 milhões de estudantes em tempo integral.

Salto

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu as gestões do PT. Ela disse que, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, o orçamento da Educação saltou de R\$ 43,9 bilhões em 2002 para R\$ 137,2 bilhões em 2015. Na educação superior, as matrículas evoluíram de 42,7 milhões para 74,9 milhões, entre vagas no ensino público e no privado (nos programas ProUni e Fies). E foram criadas novas 442 escolas técnicas federais.

O corte no orçamento da Educação feito por Dilma no início do ano, segundo Fátima, foi decorrente das “pautas-bomba” estimuladas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

— Nada mais natural que Temer restaurasse o orçamento depois de conseguir do Congresso a ampliação da margem de déficit.

Avança uso do FGTS para garantir crédito consignado

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia para empréstimo consignado aprovou ontem o relatório de Benedito de Lira (PP-AL). O texto do senador sobre a MP 719/2016 permite que trabalhadores do setor privado obtenham empréstimo consignado utilizando até 10% do saldo do FGTS como

garantia e até 100% do valor da multa rescisória no caso de dispensa sem justa causa.

A MP agora vai para os Plenários da Câmara e do Senado. Da forma como foi aprovada, a medida também transfere a gestão do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou Suas Cargas (Dpem) para a Agência Brasileira Gestora de Garantias e Fundos Garantidores (ABGF).

Por último, a MP modifica a lei que prevê a utilização de bens imóveis para pagar débitos tributários inscritos na dívida ativa da União. Essa possibilidade está prevista no Código Tributário Nacional, mas ainda não havia sido regulamentada. Além de exigir que os bens estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, a medida impõe a prévia avaliação dos bens.

Projeto proíbe doação de comissionado a partidos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em turno suplementar o substitutivo ao projeto que proíbe que doações a partidos políticos sejam feitas por ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública e por empregados, proprietários ou diretores de empresas prestadoras de serviços terceirizados com contrato com a União,

estados ou municípios. Se não houver recurso para votação no Plenário do Senado, o PLS 663/2015 seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

O projeto é de Aécio Neves (PSDB-MG). O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), votou pela aprovação do projeto na forma do substitutivo proposto por Eunício Oliveira (PMDB-CE), para que empregados, proprietários ou diretores de em-

presas prestadoras de serviços terceirizados à administração pública sejam proibidos de fazer as doações a partidos nos seis meses anteriores ao pleito e a campanhas eleitorais nos três meses anteriores.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu a rejeição da proposta, por considerá-la inconstitucional por estabelecer discriminação entre servidores comissionados e efetivos.

Comissão de Infraestrutura vai debater recuperação de rodovia em Rondônia

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou um requerimento para a realização de uma audiência pública sobre a duplicação da rodovia BR-364, no trecho entre Comodoro e Porto Velho (RO). O debate deve ocorrer na próxima semana.

De acordo com o autor, Acir Gurgacz (PDT-RO), é preciso discutir o modelo de concessão, de 20 anos, que está prestes a ser fechado para o trecho, mas que prevê apenas a restauração da rodovia. O senador defende que haja a previsão da duplicação, ainda que em forma de gatilho — feita quando se atingir um determinado número de automóveis por dia transitando na via.

Para o debate, foram convidados representantes do Ministério dos Transportes, da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias, da Empresa de Planejamento e Logística e da Agência Nacio-

nal de Transportes Terrestres.

Também foram aprovados cinco requerimentos de Hélio José (PMDB-DF) relacionados ao setor de minas e energia. Dois deles pedem audiências, uma para prestação de contas do ministro da área, Fernando Filho, e outra para avaliar o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Outros dois pedem esclarecimentos ao Ministério de Minas e Energia (um sobre políticas públicas para a mitigação do efeito estufa e o uso da água para geração elétrica e fontes renováveis na matriz energética e outro sobre o Proinfa e o Programa Luz para Todos) e o quinto pede ao Ministério das Cidades a avaliação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem). Os três últimos requerimentos ainda serão analisados pelo Plenário.

Audiência vai discutir classificação de estâncias turísticas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou um requerimento do presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para a realização de uma audiência pública sobre projeto que estabelece a classificação de estâncias.

Alcolumbre é o relator do PLC

147/2015 na comissão e quer mais informações para auxiliá-lo na elaboração do relatório.

O projeto classifica as estâncias turísticas, hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas religiosas. A proposta dá os requisitos para a classificação das diversas estâncias e revoga

as leis que tratavam do tema.

Para a audiência, o senador quer convidar representantes do Ministério do Turismo, do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) e do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Também devem participar da reunião convidados da Empresa

Estadual de Turismo do Amazonas, da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo e da Confederação Nacional de Municípios.

Por falta de quorum, a votação dos demais itens da pauta foi adiada para a próxima reunião da comissão, após o recesso parlamentar.

Verba para saúde marca debate com ministro

Em audiência com o titular da pasta, Ricardo Barros, senadores questionaram ontem proposta apresentada pelo governo interino que poderia reduzir recursos para o setor

O SUBFINANCIAMENTO NA área da saúde, a má gestão do setor e o possível impacto da PEC que limita a expansão dos gastos públicos marcaram ontem a primeira audiência pública do ministro da Saúde, Ricardo Barros, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O ministro foi convidado a comparecer à CAS para esclarecer declaração sua ao jornal *Folha de S.Paulo*, dias após tomar posse, sobre os “limites do SUS”. Dizendo que o jornal usou um título sensacionalista, ele negou a defesa do “encolhimento” do Sistema Único de Saúde e manifestou-se pela “integralidade” do SUS.

— Tenho compromisso com a universalidade, mas o financiamento do SUS é um problema histórico de nosso país, especialmente quando parte de seus recursos passaram a ser destinados à Previdência, há mais de 20 anos. O modelo é repensado a cada momento devido à falta de recursos — afirmou.

Barros anunciou as prioridades da pasta, prometendo fortalecer os mecanismos voltados ao atendimento básico da população. Ele salientou que isso desafogaria os serviços médicos de média e alta complexidade. O ministro disse que trabalhará em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações para informatizar todo o SUS.

— Cada posto de saúde tem de estar ligado a sua secretaria municipal. E cada secretaria tem de estar ligada ao ministério e aos prestadores de saúde. Nosso sistema hoje não permite transparência e informação — disse o ministro, observando que isso leva



Ricardo Barros (à esq., ao lado de Edison Lobão) garantiu a integralidade do Sistema Único de Saúde

à subnotificação e impede a melhoria da prestação de serviços.

Proposta polêmica

Humberto Costa (PT-PE) criticou a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo presidente interino Michel Temer que limita a expansão dos gastos públicos em cada setor a uma correção equivalente ao índice inflacionário do ano anterior (PEC 241/2016). O senador disse ser preciso buscar o desequilíbrio fiscal, mas avalia que a aplicação dessa regra levará a um “crescimento zero” em investimentos na área da saúde, “estrangulando o sistema com o passar do tempo”.

— Não se pode tratar pagamento de diárias, viagens e custeio da máquina da mesma forma que políticas públicas

absolutamente essenciais e de custo crescente, como na área da saúde — opinou, lembrando que a população brasileira não para de crescer, assim como a expectativa de vida.

De acordo com o líder do PT, o boletim *Focus*, do Banco Central, prevê perdas de R\$ 4,9 bilhões em 2017 na área da saúde com a nova regra.

Preocupação com a PEC também foi manifestada pelos senadores Waldemir Moka (PMDB-MS) e Dário Berger (PMDB-SC). Moka disse que trabalhará para que saúde e educação ganhem prioridade na definição anual de investimentos. Dário disse ser “radicalmente contra” a adoção do mesmo critério para áreas sociais e administrativas.

— O presidente Temer não pode ver a saúde como se fosse uma despesa

como qualquer outra. Isso é tratar as pessoas como números. Um país com nossa situação social precisa demais de saúde e educação públicas, essas áreas demandam tratamento diferenciado.

Em resposta, Barros afirmou que a PEC “não trará qualquer impacto negativo na área da saúde”. Além disso, disse que a pasta busca aprimorar a gestão do sistema, “procurando fazer mais com os mesmos recursos”.

Zika nas Olimpíadas

Na audiência, o ministro citou um estudo conduzido pela Universidade de Cambridge que prevê para as Olimpíadas do Rio um índice de probabilidade de contaminação pelo vírus Zika “baixíssimo” para os turistas.

— É um cálculo científico preciso. Para os cerca de 500 mil turistas previstos, prevê-se um índice de contaminação de 0,8, ou seja, menos de 1 pessoa — disse, lembrando que durante a Copa de 2014, de 1 milhão de turistas no país, apenas 3 contraíram dengue. Ele lembrou que “é inverno e já temos um exército de pessoas atuando no combate ao mosquito”.

Entre as prioridades, disse Barros, está o fomento de um setor de “planos de saúde populares”; a continuidade dos mutirões de cirurgias e melhor gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A iniciativa em torno das UPAs foi considerada “muito relevante” por Marta Suplicy (PMDB-SP), que pediu o apoio do governo a projeto dela que descentraliza para estados e municípios o ressarcimento dos recursos vinculados ao SUS (PLS 308/2015).

Comissão mista aprova parecer favorável à MP do Mais Médicos

A comissão mista que trata da chamada MP do Mais Médicos aprovou o parecer do relator, senador Humberto Costa (PT-PE), favorável à medida. O texto segue para análise da Câmara dos Deputados e depois para o Senado.

A Medida Provisória 723/2016 prorroga por três anos o prazo de dispensa de revalidação de diploma do médico intercambista para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Programa Mais Médicos. Devido a essa prorrogação, a

MP alonga, pelo mesmo período, o prazo do visto temporário do médico intercambista estrangeiro.

Segundo a justificativa do governo, a medida assegura a continuidade do Mais Médicos, mediante garantia de permanência dos profissionais nos municípios. De acordo com o Ministério da Saúde, a MP permite que 7 mil profissionais permaneçam no país.

O governo afirma que a prorrogação do prazo de atuação dos médicos foi pedida pela Frente Nacional de Prefeitos,

pela Associação Brasileira de Municípios e pelo Conselho Nacional de Saúde, que estariam preocupados com a descontinuidade dos serviços dos médicos intercambistas.

Emenda

O relator concordou em acolher 1 das 28 emendas apresentadas. De autoria do deputado Alan Rick (PRB-AC), a emenda altera a Lei do Programa Mais Médicos (Lei 12.871/2013) para garantir obediência à ordem de prioridade de chamada: médicos formados no Brasil

ou com diplomas revalidados no Brasil, médicos brasileiros formados no exterior e médicos estrangeiros habilitados no exterior. A prioridade deverá ser obedecida inclusive para o preenchimento das vagas remanescentes dos processos de seleção. A justificativa de Alan Rick é que brasileiros formados no exterior estariam sendo preteridos em relação aos médicos cubanos.

Além disso, a emenda determina que o regulamento e o edital de seleção e convocação para ocupação das

vagas do Mais Médicos não poderão estabelecer requisitos ou condições de inscrição ou participação distintas para brasileiros formados em instituições de educação superior brasileiras e brasileiros formados em instituições de educação superior estrangeiras, por meio de intercâmbio médico internacional, além das estabelecidas na lei.

Por ter alterado o texto inicial da medida provisória ao acolher uma emenda, o relator a transformou em um projeto de lei de conversão.

Humberto acusa governo Temer de planejar desmantelamento do SUS

Humberto Costa (PT-PE) acusou o governo interino de Michel Temer de planejar o desmantelamento do Sistema Único de Saúde. Tanto é assim, disse o senador, que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu em audiência na Comissão de Assuntos Sociais o incentivo a planos de saúde mais baratos



Pedro França/Agência Senado

para a população mais pobre. — Isso é o que não queremos, não precisamos. Porque a Constituição estabelece que nosso sistema é universal. Ele é para todos, é gratuito. Não se pode cobrar por ele e ele é integral. Deve atender a todos em todas as necessidades que a pessoa possa vir a ter.

Vanessa critica anúncio de “futuras medidas impopulares” do Planalto

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) criticou a adoção futura de medidas impopulares, anunciada pelo presidente interino Michel Temer. Ela também cobrou a redução da taxa de juros, que dificulta o acesso ao crédito e “prejudica a população”. A senadora disse que o Congresso deu aval à



Pedro França/Agência Senado

artimanha adotada por Temer, com a aprovação do projeto de alteração da meta fiscal, para que ele pudesse gastar. — O que o Congresso fez, contra o nosso voto, foi dar um cheque especial para que o governo pudesse, a seu bel-prazer, determinar como gastar dinheiro que não existe.

Malta relata caso de pedofilia e pede punição severa a esse tipo de crime

Magno Malta (PR-ES) manifestou indignação com um caso de pedofilia revelado nesta semana. Ele se referiu ao caso de um pastor, casado com uma pastora, que teria sido surpreendido abusando sexualmente do filho da esposa, de apenas 5 anos. O senador informou que o pastor já está preso



Pedro França/Agência Senado

e defendeu punições rigorosas para quem abusa de crianças. — Precisamos ter prisão per pétua para três tipos de gente: narcotraficante, abusador de criança e corrupto — disse, acrescentando que pedófilos “são contumazes, irrecuperáveis” e não podem viver em sociedade.